

E AGORA? EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Dr. Fernando José Martins  0000-0001-9924-4678
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: O presente artigo construído em formato ensaístico tem dupla função: inicialmente figurar como um manifesto de defesa da universidade pública, e, em seu conteúdo, evidenciar as bases conceituais, políticas e sociais dessa defesa, o que marca seu caráter formativo. É elaborado a partir de categorias construídas coletivamente em movimentos da sociedade, como adjetivos para

a universidade: pública, gratuita, laica e de qualidade. Metodologicamente, a exposição das categorias, devidamente localizadas no quadro histórico concernente ao debate, ganha aporte bibliográfico de autores especializados na área e clássicos. Por fim, as categorias abordadas, confrontadas pela prática social, dão sustentação para a defesa efetuada no texto.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Desenvolvimento Social; Estado.

AND NOW? IN DEFENSE OF THE PUBLIC UNIVERSITY

ABSTRACT: This article, built in an essay format, has a dual function, initially appearing as a manifesto of defense of the public university, and, in its content, evidences the conceptual, political and social bases of this defense, which marks its formative character. It is built from categories collectively constructed in movements of society, as adjectives for the university: public,

free, secular and quality. Methodologically, the exposure of the categories, duly located in the historical context concerning the debate, gains bibliographic input from specialized authors in the area and classics. Finally, the categories approached, confronted by the social practice, provide support for the defense made in the text.

KEYWORDS: University; Social Development; State.

Esse artigo foi publicado inicialmente no Le Monde Diplomatique Brasil, <https://diplomatie.org.br/e-agora-em-defesa-da-universidade-publica/>, devido sua visibilidade, a editoria do presente periódico efetuou o convite para sua publicação no mesmo. Com a intenção de adaptar ao veículo de comunicação, manteve-se o texto original, seu formato ensaístico, mas foram inseridas fontes, debates e fundamentações bibliográficas que mantém a essência do texto original.



1 APRESENTAÇÃO

O presente artigo é construído a partir de uma versão publicada para o formato de divulgação nos meios de comunicação de massa, mais especificamente para um jornal/site de internet, já referenciado na primeira nota sobre o texto. A versão aqui foi adaptada para a modalidade revista científica. No que tange às diferenças de versões, salienta-se a base acadêmica para as informações, que foram integralmente mantidas.

Vale ressaltar a única mudança estrutural nas informações: a inserção da Reforma de Córdoba, tanto como ação e exemplo histórico para o conjunto das reflexões, e também como informação de movimento indispensável para a defesa da universidade pública, premissa central do artigo.

Ademais, os conjuntos dos argumentos aqui contidos se voltam ao fortalecimento da defesa intransigente da universidade em seu formato público, gratuito, laico e de sua qualidade como referência. A estrutura texto é montada a partir dessa ordem de adjetivos, precedidos de uma justificativa sobre a necessidade da defesa da universidade hoje.

2. SOBRE OS PRINCÍPIOS E AS BASES MATERIAIS DA DEFESA

Este texto é uma tentativa de defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade. Ao afirmar isso, é importante até localizar a expressão em termos históricos. Embora cada adjetivo acima tenha uma história que pode ser remetida aos próprios primórdios da educação institucionalizada, três momentos históricos necessitam ser localizados como base da conhecida expressão. Primeiro, um movimento muito caro para a história da Universidade na América



Latina, que aqui denominamos de Reforma de Córdoba¹, de 1918, marco para as demais considerações. De forma sintética, o movimento de Córdoba é marco para a organização de trabalhadores da universidade, para o movimento estudantil e referência para um repensar da própria universidade. *“Sua significação está relacionada às bandeiras empenhadas por ele, as quais são, até hoje, a base de todos os movimentos que defendem a universidade pública em todos os movimentos universitários da América Latina.”* (PEREIRA, 2019, p.03). Podem-se elencar diversas contribuições diretas do movimento de Córdoba para a universidade que ora conhecemos e aqui defendemos de saída, a democratização da universidade e de suas relações, a base do conceito de autonomia universitária constante na carta magna brasileira e, ainda, a inserção da universidade na vida social – autores defendem inclusive que foi de Córdoba que se consolidou a extensão universitária. Com todas as contribuições, a reforma de Córdoba foi e continuará sendo um movimento fundamental para a defesa da universidade pública.

Pode-se até relacionar o movimento em Córdoba com o mundialmente retratado maio de 1968, que teve início na França. A maior diferença entre tais processos é que o maio francês extrapola o debate universitário, a América Latina, e, a partir da universidade, atinge marcas globais e estruturais, como afirma Michel Thiollent:

As lutas que se manifestaram na universidade estão inseridas no contexto global da sociedade. Em alguns casos, são lutas corporativistas, em outras, são lutas de natureza ideológica relativas ao conteúdo do ensino, ao relacionamento professores/alunos etc. Em outros casos ainda, como em 1968, além de ideológicas, são lutas políticas globais: categorias universitárias, ao lado de outras camadas sociais, mobilizam-se em torno de objetivos políticos, tais como democratização, defesa das liberdades individuais ou coletivas, denúncia contra as guerras etc. (THIOLLENT, 1998, p. 65).

¹ São várias referências sobre a temática, procuramos evidenciar a experiência por meio de uma produção mais atualizada, publicada inclusive em um número temática de uma revista com outras contribuições de referências com diversas abordagens.



Esse grande movimento de maio de 1968, nascente entre os universitários franceses que rapidamente ganhou o mundo, entre suas amplas pautas, ratificou e ampliou a defesa da universidade, seu formato público e sua universalização.

E também, no caso brasileiro, a expressão foi tomada como bandeira de luta do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública - FNDEP, mais do que um espaço que reuniu instituições das mais diferentes matrizes, também era em si um movimento. É importante salientar que ao remeter-se à “escola”, o FNDEP se refere à instituição educativa, e, para efeitos do presente artigo, também se refere à universidade, assim, como salienta Gohn (1994, p.94) acerca: “*O FNDEP defende que esta escola [leia-se universidade] seja gratuita, em todos os níveis, laica, que não haja barreiras de nenhuma natureza para se ter acesso a ela, que seja de boa qualidade (...)*. Além de corroborar com a defesa da universidade, esse movimento nacional faz uma mediação dos anseios e das lutas sociais que estão nas ruas, como mostrado nos movimentos anteriores, e a busca de manutenção desses princípios nos textos legais, no caso, inicialmente a constituição federal do país, depois na lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Assim, ao defender uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, remeto-me basilarmente a movimentos de contestação e, principalmente, de resistência, ancorados historicamente e amalgamados intransigentemente em uma práxis que, em última instância, objetiva uma sociedade melhor para todos.

3. SOBRE A MATERIALIDADE DO CASO BRASILEIRO

Como a proposta de desenvolvimento do texto é percorrer todas as palavras já citadas, antes dos adjetivos, começemos com o substantivo, ou seja, a *defesa*. “A universidade pública é, pois, um bem público permanentemente



ameaçado, mas não se pense que a ameaça provém apenas do exterior; provém também do interior.” (SANTOS, 2010, p.114). Essa constatação é ampla e, para além do caso brasileiro, auxilia a verificar o fenômeno das ameaças para além do momento atual, para além de um governo, ou das forças de mercado externas às universidades ou, ainda, ideológicas. Ver-se-á como ocorre tal ameaça no momento analisado, e a conseqüente defesa.

Inicialmente, a onda de intervenções judiciais e policiais nas universidades dos anos de 2018 e 2019 merecem destaque. Ainda que a decisão liminar de Carmem Lucia, referendada pelo Supremo Tribunal Federal² do país ampare a autonomia das universidades e lembre a juízes e às forças policiais que qualquer escolha sem manifestação de exposição de ideais é simulacro, é ditadura, é preciso defender a universidade de tais intervenções. Nunca, como nesses dois últimos anos, tais instituições sofreram tanto com interferências dessa ordem, prisões, conduções coercitivas, intimidações, enfim, um conjunto de ações que, em última instância, questiona a própria existência da universidade em seu fundamento essencial, a autonomia. Outro sinal significativo é a extinção de secretarias que estão ligadas às universidades nos estados, como a secretaria de ciência e tecnologia do Estado do Paraná. E não somente em seu formato, a universidade precisa ser defendida também em sua existência. Não são poucas as vozes que afirmam que frente à crise nacional, em especial no ramo educacional, a prioridade (pode-se ler exclusividade) deve ser dada à educação básica. Em relação à formação superior, muito se tem apontado como a extinção dos cursos de humanas, a formação técnica no ensino médio, a criação de instituições de pesquisas aplicadas, ou seja, uma formação operacional, o que se distingue e ameaça a universidade em sua concepção e existência.

Universidade implica universalidade e isso tem significados tão plurais quanto o próprio conceito. É justamente em função da universalidade que não

² Mais detalhes na publicação do próprio STF, no seguinte endereço: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=394447> acessado no dia 10 de junho de 2019.



se pode admitir proposições como a da “escola sem partido”, pois a universidade é o espaço do contraditório e do pensamento crítico e qualquer raciocínio crítico percebe que o conhecimento, a ciência e a tecnologia, a inovação não são neutras, e qualquer tentativa de imposição de neutralidade contém um “lado” definido, o que se intensifica em um espaço plural. É preciso que, no ambiente universitário, haja manifestações, posicionamentos, reconhecimento das diferenças e, sobretudo, diálogo entre os contrários. E isso é necessário não somente no campo ideológico e político, mas também se trata da necessidade de pluralidade: da necessidade de diversas classes, o que impõe à universidade a busca de estratégias para inclusão das camadas populares em seu meio. Esses ataques sobre a diversidade e posicionamento político, e contra a democratização efetiva da universidade já eram visualizados por Darcy Ribeiro, ao destacar o papel da universidade para o desenvolvimento do país:

Isto jamais se conseguirá, como destacamos, despolitizando a universidade e, sim, contrapolitizando-a para que sirva aos interesses da grande maioria. Haverá resistências de todo tipo. Resistência ideológica, em nome duma falaz neutralidade das ciências, solenes advertências de que a abertura da universidade ao povo implicará, fatalmente, uma queda de nível de eficácia técnica e científica dos futuros egressos, reiteraões dramáticas sobre a necessidade de manter postura supostamente na Universidade, para que possa cumprir suas funções (RIBEIRO, 1975, p. 267).

Esse é um grande desafio, pois, em uma sociedade na qual a desigualdade impera, essa discrepância tende a se reproduzir e até se intensificar no interior das universidades. Para ser universal, esse espaço necessita da democracia, da liberdade em todas as suas acepções e, sobretudo, de políticas de inclusão das minorias e um olhar especial à maioria alijada socialmente.

Uma das formas de materialização da universalidade é justamente o caráter público de nossas universidades. É um formato que dialoga com o ordenamento jurídico cidadão expresso na constituição vigente, da educação como direito universal. Enquanto entidade pública, além de ampliar o direito ao



cidadão, a universidade atua estrategicamente em favor dos interesses coletivos e do desenvolvimento social do país.

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço (CHAUI, 2003, p.11).

Essa referência de Marilena Chaui se impõe plenamente ao momento atual do país, desde os primeiros sinais de crise financeira, ainda no governo do Partido dos Trabalhadores – PT, a educação como um todo – e as universidades particularmente – foi alvo da contenção dos gastos. Há que se preservar a constituição e o papel que a universidade brasileira tem no desenvolvimento da ciência e tecnologia nacional e, conseqüentemente, do país. Com exemplos concretos, pode-se evidenciar a preponderância do espaço universitário: onde se localiza a matriz de produção das próteses neurais, os chamados exoesqueletos, para a reabilitação da paralisia corporal, do grande cientista brasileiro Miguel Nicolelis? E a matriz tecnológica da produção aeronáutica da Embraer, referência mundial? Ou de onde vêm os cientistas brasileiros que integram o projeto Genoma Humano? E não só na ciência, a produção de energia hidrelétrica brasileira, produtividade agropecuária, arquitetura e áreas de serviços, enfim, a produção nacional. E ainda mais, em uma universidade pública, setores como formações voltadas para o próprio serviço público, como é o caso da formação de professoras e professores em diversos níveis, ou para a produção no setor artístico, são solidamente atendidos, ao contrário da lógica imperante em outros setores, como o mercado – veja o caso japonês de extinção do ensino na área de humanas. Em território nacional, pode-se perceber o alcance da produção científica das universidades públicas no relatório “*Research in Brazil*”³ realizado pela estadunidense Clarivate Analytics – ligada à multinacional Thomson Reuters e divulgado pela Coordenação de

³ <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>



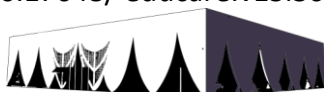
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – cujo conteúdo fora veiculado pelo sindicato nacional dos docentes do Ensino Superior – ANDES – com o seguinte título: “Só instituições públicas fazem pesquisa no Brasil⁴ (...)”. Assim é perceptível o alcance do caráter público da universidade brasileira.

O formato mais democrático da universidade pública é dado por sua gratuidade. O caso da universidade pública e gratuita no Brasil não é comum. Os modelos estadunidense e europeu em sua maioria são estatais e pagos. Porém é a gratuidade que garante possibilidades de acesso de um contingente populacional desprovido de qualquer outra possibilidade. Sobre a experiência dos países citados, há uma diferença significativa da tessitura social e, principalmente, no formato de produção da ciência e tecnologia, que é bem maior fora das universidades. E, ainda assim, há exemplos, como a Alemanha, que reverteram o modelo e aderiram à gratuidade. Para além desse debate amplo, em escala mundial, o princípio de gratuidade, em uma sociedade desigual como a brasileira, é uma condição ética:

Uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-los perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção – é uma multiversidade que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto (TRAGTENBERG, 2004, p. 16).

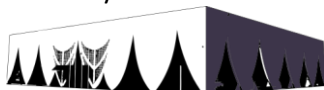
A referência evidenciada, além de delimitar o princípio ético da gratuidade, se articula com as outras defesas efetuadas na totalidade do artigo. E ainda, na realidade concreta nacional, é preciso ainda enfatizar a tradição operacional das instituições privadas. Além de estarem distante do processo de produção de ciência e tecnologia, via de regra, o sistema privado é substancialmente inferior no que tange à qualidade que há no sistema público. Isso é evidenciado nos diversos mecanismos de avaliações, das mais diferentes matrizes e assim se criaram instituições bastante definidas, na qual a

⁴ <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9298>



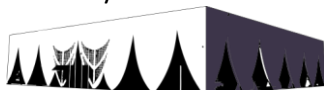
universidade pública é responsável pelo desenvolvimento social e pelo avanço da ciência e tecnologia do país, ou seja, por toda estrutura que necessita de investimentos mais significativos, tanto que o sistema *stricto sensu*, mestrados e doutorados, estão majoritariamente nas universidades públicas. Os argumentos mais comuns dos defensores do fim da gratuidade no ensino superior brasileiro alegam que o sistema é injusto e inverte a lógica da educação básica, incluindo justamente aqueles que têm mais oportunidades de formação inicial. Esse é um argumento parcial e que não retrata o conjunto do ensino superior brasileiro. A maioria dos estudantes, pode-se citar os de licenciatura, por exemplo, estão ligados umbilicalmente à escola pública. E a proposição de cobrança seletiva, aos que “puderem” pagar é o cavalo de Tróia para a cobrança plena, o que alijaria, novamente, os pobres da universidade, uma vez que qualquer cobrança impactará na permanência de milhares de estudantes de origem popular.

Outra questão, em tempos tão inflamados em torno de um discurso religioso, é a necessidade da laicidade da instituição universitária. Inicialmente é importante destacar que uma universidade laica não é uma universidade avessa a religião ou a religiosidade. A laicidade é central justamente para a promoção e segurança da liberdade de expressão da diversidade teológica contida em um país multicultural como o Brasil. Todos os credos, bem como todas as culturas necessitam ter espaço e igualdade no interior de um espaço plural como o universitário. “*A laicidade é um antídoto à fragmentação da sociedade, possibilita o compartilhamento do espaço público como espaço comum a todos*” (...) (CURY, 2018, p.51). Mais um debate que geralmente é deslocado quando se discute a laicidade da universidade é a polêmica entre ciência e religião. Inicialmente, é necessário ressaltar que embora polêmica, essa união não é uma premissa inquestionável. Há, por dentro de diversas atividades ligadas a religião, avanços em determinados campos da ciência; o verdadeiro debate que se deve travar é entre o dogma e a ciência. Justamente porque o avanço científico e tecnológico é uma espiral dialética de avanços conquistados por meio de negação de fatos, tecnologias ou premissas anteriormente lançadas, porque a dinamicidade da



ciência não pode ser arrefecida pela inquestionabilidade do dogma. O caráter inexorável e o fundamentalismo do dogma e de qualquer religião, que se coloca acima, principalmente do outro, por ser diferente, não cabe em um ambiente universal e, ainda, em algumas situações, pode até ser um entrave para o desenvolvimento social promovido pela ciência.

É justamente essa superação ao formato estático, à base investigativa, à inquietude acadêmica e tecnológica que faz da universidade pública brasileira sinônima de qualidade. Qualidade que é expressa em qualquer *ranking* (e veja que, por princípio, acho tais avaliações de larga escala equivocadas), seja ele nacional ou internacional, quantitativo ou qualitativo, enfim, principalmente em relação aos demais sistemas universitários, o sistema público é incontestavelmente superior. O aporte estatal, o investimento, ainda que cada vez mais escasso em pesquisa, ciência e tecnologia, que se faz, essencialmente, com a valorização dos profissionais da área, em suas formações diversas e seu contínuo trabalho de ensino, pesquisa e extensão, define, por vezes, a excelência, que é padrão de qualidade para toda área. A ordem de exposição dessas categorias não é aleatória: qualidade para a defesa da universidade pública é um dos alicerces para o debate atual, ainda que articulado aos demais, é finalidade; um sistema sem apoio estatal, financiado com as regras do mercado ou instituições religiosas com abordagens dogmáticas, culmina, impreterivelmente com o decréscimo de qualidade. E é assim que se tem imperativos a serem observados para a manutenção e ampliação dessa qualidade da universidade pública, principalmente frente a presente crise: “*Em primeiro lugar, é preciso tornar as IES relevantes tanto em termos sociais quanto em termos científicos, e para tal urge uma reconciliação dos seus intelectuais com o conhecimento crítico, reflexivo e, por isso mesmo, insubmisso aos interesses mercantis e antidemocráticos*”. (MANCEBO, 2017, p.887), muito além de qualquer dado estatístico, de produção, conquista científica, esse conhecimento crítico é o primordial indicador de qualidade da universidade pública.



4. CONSIDERAÇÕES AO FIM, E CONTINUIDADE DA DEFESA

Mas por que a exposição dessas categorias para realizar a defesa da universidade pública? Inicialmente, porque o formato da universidade aqui descrito é inegociável. Não há ataques diretamente à existência da universidade, mas sim, há ataques a suas formas públicas, em sua gratuidade, em seu conteúdo. Por isso, reafirmar faz parte da defesa. E por que agora? Vivenciamos um momento muito grave na história brasileira e não é somente de crise de valores largamente debatida superficialmente por milhões de brasileiros, mas uma crise do sistema e, assim, as instituições públicas são questionadas, principalmente pelo mercado. Hoje, a universidade é uma das mais questionadas, seja em seu conteúdo e disputas políticas e ideológicas, seja em sua manutenção de caráter público. A superação de tais questionamentos, pode ser dirimida na medida em que a universidade se insira cada vez mais na vida social efetivamente, fazendo de sua formação, além de um processo técnico, ou como diz o escritor e cidadão José Saramago, um processo de formação cidadã.

A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de florescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma (SARAMAGO, 2013, p.26).

Atribuir a vinculação entre formação social e acadêmica, entre ciência e política, tecnologia e desenvolvimento, ou seja, entre universidade e vida, é uma forma intrínseca de essa instituição contribuir com o desenvolvimento social. É necessário também que o conjunto da sociedade compreenda que a universidade é uma das organizações capazes, senão crucial, de contribuir com a consolidação de uma sociedade em melhor condições de vida do que a vivemos hoje.



Essa instituição tem se mostrado secularmente uma das mais estáveis e necessárias para um projeto estratégico de sociedade. Não permitamos que uma *onda* (assim espero) ponha por terra essa instituição que, embora secular, ainda muito pode contribuir para o projeto de nação.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: n. 24, p. 5-15, Dezembro. 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por uma concepção do Estado Laico. In: Claudia Masini. D'Ávila; Levy; Luiz Antônio Cunha. (Orgs.). **Embates em torno do Estado Laico**. São Paulo: SBPC, 2018. p. 41-52.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MANCIBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**. Campinas: v. 38, n. 141, p. 875-892, Dezembro. 2017.

PEREIRA, Elisabete Monteiro Aguiar. A importância da Reforma de Córdoba para o contexto acadêmico Latino-Americano: Cem anos de contribuição. Campinas: **Revista Internacional de Educação Superior**. V. 5, p.1-12, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: EdUFPA. Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social**. São Paulo: v. 10, n. 2, p. 63-100, Out. 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Recebido em: 23-06-2019

Aceito em: 12-03-2020

